

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

Leonardo Jalovitzki Rodrigues

**ASPECTOS SOBRE AS INFORMAÇÕES REFERENTE A VINDA DA
FAMÍLIA REAL PORTUGUESA AO BRASIL, NO VICE-REINO DO RIO
DA PRATA EM 1808**

Santa Maria, RS

2023

Leonardo Jalovitzki Rodrigues

**ASPECTOS SOBRE AS INFORMAÇÕES REFERENTE A VINDA DA FAMÍLIA
REAL PORTUGUESA AO BRASIL, NO VICE-REINO DO RIO DA PRATA EM 1808**

Trabalho de conclusão apresentado ao
Curso de História, da Universidade Federal
de Santa Maria (UFSM), como requisito
parcial para o grau de **Licenciatura em
História.**

Orientador: Prof. Dr. Adriano Comissoli

Santa Maria, RS

2023

Leonardo Jalovitzki Rodrigues

**ASPECTOS SOBRE AS INFORMAÇÕES REFERENTE A VINDA DA FAMÍLIA
REAL PORTUGUESA AO BRASIL, NO VICE-REINO DO RIO DA PRATA EM 1808**

Trabalho de conclusão apresentado ao
Curso de História, da Universidade Federal
de Santa Maria (UFSM), como requisito
parcial para o grau de **Licenciatura em
História**.

Adriano Comissoli, Dr. (UFSM)

(Presidente/Orientador)

Murillo Dias Winter (pós-doutorando USP)

Hugo André Flores Fernandes Araújo (pós-doutorando UFSM)

Santa Maria, RS

2023

RESUMO

ASPECTOS SOBRE AS INFORMAÇÕES REFERENTE A VINDA DA FAMÍLIA REAL PORTUGUESA AO BRASIL, NO VICE-REINO DO RIO DA PRATA EM 1808

AUTOR: Leonardo Jalovitzki Rodrigues

OORIENTADOR: Prof. Dr. Adriano Comissoli

A presente pesquisa tem como tema a análise de informações recolhidas por um informante espanhol, referente a vinda da Corte portuguesa ao Brasil, no ano de 1808. Se tem como objetivo, medir a repercussão imediata do traslado da família real lusitana ao Rio de Janeiro, no final da primeira década do século XIX na região do vice-reino do Rio da Prata, em meio a dissolução dos impérios ibéricos naquele território. Levando em consideração este último ponto, o trabalho procurou articular o advento pontual da reverberação imediata da mudança da Corte portuguesa, por meio de informações providas de um espião, com os processos políticos, sociais e econômicos de maior amplitude temporal naquela região. Se associou um evento particular, inserido em um contexto de mudanças, a um processo histórico de transformações e rupturas. Além disso, se buscou analisar qualitativamente o conteúdo dos documentos, assim como também, demonstrar a contribuição dos informantes para com um sistema de arrecadação de informações acerca dos eventos de uma determinada conjuntura.

Palavras-chaves: Vice-reino do Rio da Prata. Espionagem. Corte portuguesa.

ABSTRACT

ASPECTS ABOUT THE INFORMATION CONCERNING THE COMING OF THE PORTUGUESE ROYAL FAMILY TO BRAZIL, IN THE VICEROYALTY OF RIO DA PRATA IN 1808

AUTHOR: Leonardo Jalovitzki Rodrigues

ADVISOR: Prof. Dr. Adriano Comissoli

The theme of the present research is the analysis of information collected by a Spanish informant, regarding the coming of the Portuguese Court to Brazil, in the year 1808. The objective is to measure the immediate repercussion of the transfer of the Lusitanian royal family to Rio de Janeiro, at the end of the first decade of the 19th century, in the region of the Viceroyalty of the River Plate, in the midst of the dissolution of the Iberian empires in that territory. Taking this last point into consideration, the work sought to articulate the immediate reverberation of the Portuguese Court's move, through the information provided by a spy, with the political, social, and economic processes of greater time amplitude in that region. A particular event, inserted in a context of change, was associated with a historical process of transformations and ruptures. Furthermore, we have sought to analyze qualitatively the content of the documents, as well as to demonstrate the informants' contribution to a system of information gathering about the events of a given conjuncture.

Keywords: Viceroyalty of the Rio da Prata. Espionage. Portuguese court.

LISTA DE SIGLA

PLRP Política Lusitana no Rio da Prata

SUMÁRIO

1. Introdução	8
2. O uso de informantes	13
3. Um território marcado por disputas	18
4. A chegada da Corte ao Brasil e os informes de Luis Larrobla	25
5. Considerações finais	33
6. Referências.....	35

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como tema a análise de informações recolhidas por um informante espanhol, referente a vinda da Corte portuguesa ao Brasil, no ano de 1808. Se tem como objetivo, medir a repercussão imediata do traslado da família real lusitana ao Rio de Janeiro, no final da primeira década do século XIX na região do vice-reino do Rio da Prata, em meio a dissolução dos impérios ibéricos naquele território. Levando em consideração este último ponto, o trabalho procurou articular o advento pontual da reverberação imediata da mudança da Corte portuguesa, por meio de informações providas de um espião, com os processos políticos, sociais e econômicos de maior amplitude temporal naquela região. Se associou um evento particular, inserido em um contexto de mudanças, a um processo histórico de transformações e rupturas. Além disso, se buscou analisar qualitativamente o conteúdo dos documentos, assim como também, demonstrar a contribuição dos informantes para com um sistema de arrecadação de informações acerca dos eventos de uma determinada conjuntura.

Os momentos finais do século XVIII na Europa foram marcados por diversas mudanças que tiveram reverberações importantes no continente americano e por isso, constituem um dos momentos decisivos da História da América Latina. Se pode evidenciar, conforme Pimenta escreve, que o “advento das revoluções trará consigo uma emergente cultura política, mescla de pensamento da ilustração e ideário revolucionário”, que de forma lenta e gradual e levando em consideração as especificidades dos territórios, “foi engendrando-se também na América a ponto de, em finais do setecentos, já serem perceptíveis novas práticas nas sociedades coloniais” (PIMENTA, 2002. Pg. 65). Contudo, esta pesquisa procurou analisar a primeira década do século XIX ou ainda mais especificamente, os anos finais desta.

O ano de 1808 é marcado pela transferência da Corte Lusitana para o Brasil, o que acaba por gerar sentimentos diversos entre os residentes na até então colônia. Isso porque, “a vinda da Corte com o enraizamento do Estado português no Centro-Sul daria início à transformação da colônia em metrópole interiorizada” (DIAS, 2005. Pg.19). Após Napoleão invadir Portugal e logo em seguida, a Espanha, Carlos IV abdica do trono em favor de Fernando VII, que é preso na sequência. Isso “provocou

uma crise de autoridade nas colônias americanas do Império Espanhol” (PRADO, 2010. Pg. 78).

O jogo político no Prata, inserido no conjunto de novidades enfrentadas pelo Império espanhol desde 1808, tornou-se mais complexo com a emergência da alternativa, também em articulação com os interesses político-econômicos da Inglaterra, centrada na figura de D. Carlota Joaquina, esposa do príncipe regente português D. João e irmã de D. Fernando. De acordo com este projeto, a princesa do Brasil seria coroada rainha da Espanha (ou declarada regente), visando a manutenção da integridade mundial da monarquia bourboniana. Em manifesto de 19 de agosto de 1808 dirigido a todos os centros administrativos da monarquia espanhola, D. Carlota pretendia-se fiel depositária e defensora dos direitos de seu pai Carlos IV, pedindo-lhes em tais circunstâncias seu reconhecimento como sua legítima sucessora (PIMENTA, 2002. Pg. 77).

“No Rio da Prata, o período entre 1808 e 1810 foi marcado por intensos debates sobre soberania e projetos para a região” (PRADO, 2010. Pg. 79), havendo uma divergência sobre o que ocorreria com a soberania. Assim sendo, se justifica o desprendimento de energia em uma análise mais específica deste período e nesta região, se utilizando de fontes primárias para que seja possível compreender ainda mais as especificidades destes anos decisórios. Após as experiências acumuladas nestes anos, podemos conferir a “eclosão dos eventos revolucionários de 1810 e 1811” (COMISSOLI, 2021. Pg. 30).

Tendo como referência os escritos do Prof. Dr. Adriano Comissoli, que se esforça em alguns estudos a entender como se dava a atuação dos espíões portugueses no Rio Grande de São Pedro no final do século XVIII e início do século XIX, estes mesmo que, por vezes, adentravam as possessões do vice-reinado espanhol do rio da Prata. Comissoli, em um dos seus textos que trata sobre o assunto, defende que as informações arrecadas por “tais informantes constituíam um serviço de inteligência organizado” (COMISSOLI, 2019. Pg. 97). Esses agentes da comunicação, por vezes e dependendo das especificidades de suas atuações, recebiam ou eram referenciados com nomes distintos, podendo ser chamados de “espias”, “bombeiros” e “vaqueanos”. A perspectiva levantada por Comissoli, a qual este trabalho vai ao encontro, “é a de inserir uma atuação de nível local no panorama mais amplo” (COMISSOLI, 2014. Pg. 114), para que assim o historiador ou historiadora, consiga aprofundar seus conhecimentos, diversificando por sua vez, as perspectivas de análise sobre um acontecimento ou um período em questão.

Se faz importante ressaltar aqui o papel fundamental da correspondência e claro, conseqüentemente, da escrita como uma atividade fundamental para a administração e comunicação dos impérios ibéricos em questão. A espionagem na região platina funcionava e se operacionaliza, “intra e inter imperialmente”, ou seja, tanto para manter uma comunicação, logo uma administração, interna do próprio império português, como também, “com o rival império espanhol”. Além disso, se quer demonstrar que “as cartas cambiadas entre os governadores e os conselhos régios operacionalizavam o império, mas que a existência de informadores nas periferias do mesmo era fundamental para sua administração” (COMISSOLI, 2014. Pg. 116). É importante fazer aqui uma ressalva. Os documentos com que eu trabalhei fazem menção a informantes espanhóis. Desta maneira, utilizo dos escritos de Comissoli para fins de inspiração e norte de escrita. Este se preocupa com espões portugueses, eu estive focado na atuação de informantes espanhóis.

O historiador Robert Darnton, em um artigo intitulado “Uma sociedade da informação: as notícias e mídia em Paris no século XVIII”, examina um sistema de comunicação em atuação no Antigo Regime da França. Darnton acaba por questionar a visão de que os “meios de comunicação suplantaram os modos de produção como força motriz do mundo moderno” (DARNTON, 2001. Pg. 10). Emilio Sola Castaño é outro estudioso que se preocupa em trabalhar com o tema da informação. Em seu livro “*Detrás de las apariencias: información y espionaje (siglos XVI-XVII)*” se esforça a entender e a demonstrar as redes de informações no Mediterrâneo clássico do século XVI. O autor argumenta que “*ya en aquella época se tenía muy claro que la información daba poder*” e assim traz a tona sua hipótese de que “*la construcción del Estado moderno se planteó en términos de Información*” (SOLA, 2015. Pg. 244).

Além disso, é importante salientar também, que essas cartas, esses documentos, continham informações importantes sobre os acontecimentos daquele tempo, tendo em mente que estar bem informado significa também, a possibilidade de se preparar com maior antecedência frente uma ameaça externa. Ainda mais que, as cartas que foram abordadas nesta pesquisa são redigidas pelo cabildo de Montevideu ao cabildo de Buenos Aires, fazendo referência a chegada da família real portuguesa ao Rio de Janeiro. A preocupação em fortalecer as fronteiras, ou seja, uma reação das autoridades espanholas daquele tempo em detrimento da vinda da Corte portuguesa ao “novo mundo” em 1808, se pode justificar também, pela recente

experiência de invasão, promovida pelos “ataques ingleses ao rio da Prata (1806 e 1807)”, ainda que a “dominação britânica sobre Buenos Aires, 1806” fosse breve, “ela foi percebida na época como definitiva” (SCHMITT. WINTER, 2021. Pg. 32-33).

“As incursões inglesas foram mais bem-sucedidas em Montevideú, que permaneceu ocupada de fevereiro a setembro de 1807” (PIMENTA, 2002. Pg. 75). A busca por informações referente a vinda da Corte portuguesa para suas possessões na América, se justifica em certa medida, por ter passado por uma experiência conflituosa recentemente. O que se revela ao historiador nessa perspectiva, é o medo que esta mudança de vizinhança causa nos dirigentes dessas territorialidades, levando em conta que, “não só os indivíduos tomados isoladamente, mas também as coletividades e as próprias civilizações estão comprometidas num diálogo permanente com o medo” (DELUMEAU, 2009. Pg. 12). Jean Delumeau argumenta que, “a necessidade de segurança é, portanto, fundamental; está na base da afetividade e da moral humanas. A insegurança é símbolo da morte, e a segurança símbolo da vida” (DELUMEAU, 2009. Pg. 23).

Para a realização deste projeto contei com um conjunto documental denominado “Política Lusitana en el rio de la Plata (1808-1809)”, que se encontra no Archivo General de la Nación, em Buenos Aires. Esse conjunto de documentos é formado por cartas, as quais contêm assuntos diversos, ou seja, não tem como regra seguir um único tema no conteúdo das mesmas. Muitos antes pelo contrário, existem documentos que tratam sobre transações comerciais ou ainda, ofícios de diversas autoridades do vice-reinado espanhol e também, o conteúdo que norteou as minhas leituras deste material, as cartas contendo informações sobre a chegada da família real portuguesa no Rio de Janeiro, em 1808.

“O entendimento sobre fontes históricas nem sempre foi o mesmo, de maneira que trabalhar com as cartas como fontes no trabalho de historiador é um desafio” (ANDRADE, 2017. Pg. 37). Os historiadores nem sempre tiveram esse tipo de documento como fonte histórica, assim sendo,

a utilização de cartas como fontes para a escrita da história ganhou força principalmente após a diversas discussões historiográficas que desde o século XIX procuravam realizar uma ampliação do conceito de fontes para a produção do conhecimento histórico (ANDRADE, 2017. Pg. 37).

Nesse sentido, produzir com essa documentação é de grande importância para a diversificação das fontes históricas trabalhadas pelo historiador, podendo ainda, ampliar as explicações e as noções sobre uma temporalidade e territorialidade específica, o que contribui para uma análise mais densa sobre um determinado tema.

O material que eu tive acesso, se encontra digitalizado em formato PDF. É importante ressaltar que, o primeiro livro desta coleção abarca os anos de 1808 e 1809, e compreende 98 documentos. Contudo, o livro de documentos que eu tenho acesso, contém 25 documentos. Como já foi comentado anteriormente, esses 25 materiais não estão falando sobre o mesmo assunto. Meu trabalho vai abarcar os documentos dos meses de fevereiro e março de 1808, mais especificamente os informes de Luis Larrobla, que fazem menção a chegada da família real portuguesa ao Rio de Janeiro. É neste sentido que irei tratar qualitativamente e quantitativamente os documentos. Por uma questão de limites desta monografia, torna-se inviável trabalhar com todos estes documentos. Com isso, o meu trabalho se concentrou em 2, um do mês de fevereiro e outro do mês de março de 1808.

É importante deixar claro aqui, que existem outras cartas no conjunto documental do mesmo mês, porém, não fazem menção ao assunto que eu pretendia trabalhar, assim sendo, não vão compor a atual pesquisa. Alinhado a isto, é também verdade, que se pode haver menção da vinda da Corte portuguesa em outras cartas, que não as dos meses escolhidos. Além disso, para as cartas selecionadas para o trabalho, será feita uma leitura minuciosa do conteúdo das mesmas. Que tipo de informação que estava sendo dita, o posicionamento do informante frente a informação captada e por seguinte, o modo com que o mesmo a transmitiu.

2. O USO DE INFORMANTES

Com a invenção da prensa móvel em meados do século XV, a possibilidade de disseminar informações dos mais variados aspectos em um menor espaço de tempo começou a se tornar uma realidade. Cópias de livros, por exemplo, poderiam ser feitas em menos tempo e também, utilizando um menor grupo de pessoas. A circulação de informações se torna mais ágil e dinâmica. Em período mais avançado no tempo e observando um sistema de comunicação em ação no Antigo Regime da França, Robert Darnton fornece a seu leitor uma série de implicações sobre a circulação de ideias e os meios pelos quais essas eram difundidas.

Darnton argumenta que “toda época foi uma época de informação, cada uma à sua própria maneira, e que os sistemas de comunicação sempre modelaram os eventos” (DARNTON, 2001. Pg. 10). Isso é significativo do ponto de vista que em diferentes lugares e também diferentes temporalidades, o processo de formação desses “sistemas de comunicação” tiveram as suas próprias peculiaridades, ou seja, o processo que aconteceu na França do século XVIII não pode ser deslocado daquela realidade específica. Outros locais, como o vice-reino do Rio da Prata no início do século XIX, tinham as suas próprias características e enfrentaram as dificuldades que lhe eram únicas, não é menos ou mais eficiente, mas sim uma realidade diversa, com seus pontos e inquietações específicas. O que eu quero que fique claro com essas linhas, é a importância de não se generalizar os processos históricos, de não pensar enquanto uma receita de bolo, que é só colocar os mesmos ingredientes e pronto. Mas sim, ter em mente que cada localidade e temporalidade terão as suas próprias demandas e especificidades.

O historiador estadunidense lança uma pergunta aos seus leitores: “o que é notícia?”. Eu nasci em 1997 em uma cidade com cerca de 60 mil habitantes na fronteira oeste do estado do Rio Grande do Sul, e a “notícia” frequentemente chegou através da televisão ou do rádio e certamente, após o fenômeno das redes sociais, ela pode ser encontrada em perfis do Instagram, Twitter, entre outras páginas online. Contudo, “se abordarmos o assunto com mais profundidade, [...] nós podemos provavelmente concordar que notícia não é o que aconteceu - ontem, ou semana passada - mas sim algumas histórias sobre o que aconteceu” (DARNTON, 2001. Pg. 10). Ou seja, “é um tipo de narrativa, transmitida por alguns tipos especiais de mídias”

(DARNTON, 2001. Pg. 11). Esses “tipos especiais de mídias” variam no tempo e na localidade observada pelo historiador ou historiadora, não podendo ser levados como regra pois, “toda sociedade desenvolve sua própria maneira de caçar e buscar informações; seus meios de comunicar as informações reunidas, [...] podem revelar muito o seu entendimento e sua própria experiência” (DARNTON, 2001. Pg. 11).

Outro ponto relevante de se ter em mente, é o local onde essas notícias circulavam e por quais agentes elas eram transmitidas, ou ainda, qual foi a trajetória que precisou ser realizada. Por exemplo, eram pelas águas do oceano atlântico que ocorria a comunicação das coroas ibéricas com suas colônias na América Latina, “o fim do século XVIII era, pelos padrões medievais ou do século XVI, uma época de comunicações rápidas e abundantes” (HOBSBAWM, 2016, Pg. 30). Neste sentido, no final deste século “estar perto de um porto era estar perto do mundo” já que ali a circulação de informações era mais intensa devido a crescente movimentação de pessoas, porém, para o restante da população que vivia em cidades ou províncias menores localizadas nas zonas rurais, os boatos fazem a sua parte para deixar aquelas pessoas informadas “e de qualquer forma pouca gente sabia ler. As notícias chegavam à maioria das pessoas por meio de viajantes e do setor móvel da população” (HOBSBAWM, 2016, Pg. 32). Robert Darnton observa que na capital francesa, “para descobrir o que realmente estava acontecendo, você teria que ir até a Árvore da Cracóvia. Ela era um grande, folhoso castanheiro, que ficava no coração de Paris nos jardins Palais-Royal” (DARNTON, 2001. Pg. 11).

Era ali que a população, ou pelo menos parte dela, ficava sabendo das boas novas, o local funcionava “como um poderoso ímã, a árvore atraía *nouvellistes de bouche*, ou boateiros, que espalhavam oralmente informações sobre os eventos ocorridos” (DARNTON, 2001. Pg. 12). Podemos entender esses “boateiros” como agentes de informação, ou seja, aquele pelo qual a informação é transmitida para uma ou mais pessoas. Eles diziam ter informações privilegiadas,

de fontes privadas (uma carta, um servo discreto, um comentário escutado acidentalmente numa antecâmara de Versalhes), o que estava realmente acontecendo nos corredores do poder - e as pessoas no poder os levavam a sério, porque o governo se preocupava com o que os parisienses estavam dizendo (DARNTON, 2001. Pg. 12).

Os boatos corriam e os “boateiros” eram o meio de transporte que, por sua vez, satisfaziam os “parisienses com seu poderoso apetite por informação”. Contudo, “o

Antigo Regime era um estado policial - "polícia" sendo entendida à maneira do século dezoito como uma administração municipal - e a polícia apreciava a importância da opinião pública" (DARNTON, 2001. Pg. 20), ou ainda melhor, está polícia parisiense sabia se aproveitar desta opinião pública, desses boatos que percorriam as ruas. E para ficarem por dentro do que as ruas estavam falando, um recurso muito estratégico, do ponto de vista de captação de informações, era utilizado largamente, o emprego de espões. "Colocar espões onde o povo se encontrava para discutir assuntos públicos - em mercados, lojas, jardins públicos, tavernas e cafés" (DARNTON, 2001. Pg. 21), é possível de ser interpretada como uma ferramenta, ou melhor, como uma carta na manga que a administração pública possuía.

Anteriormente neste capítulo foi explanado a importância de não generalizar os processos históricos. Neste sentido, existem particularidades que são únicas da França do Antigo Regime quando o assunto é captação de informações, devido a sua própria trajetória no espaço e no tempo. Porém, não é de exclusividade dos parisienses do século XVIII a circulação de informações, de ideias, de boatos, como também, o emprego de espões por parte de uma administração pública, para que por sua vez, possam ser identificados os assuntos que estão em circulação. Ou captar uma determinada informação que seja relevante e importante para os órgãos públicos. A partir disto, vou ao encontro dos escritos do professor Adriano Comissoli, que identifica e descreve "a existência e ação de espões a serviço do império português no Rio Grande de São Pedro" (COMISSOLI, 2019. Pg. 97), assim como a circulação de ideias e comunicação no rio da Prata nos séculos XVIII e XIX, mais especificamente entre os anos de 1772-1812. Ele defende que a utilização desses informantes ou espões, constitui "um serviço de inteligência organizado" e que estão envolvidos por um propósito, que era de "acompanhar movimentações e mobilizações militares", porém, devido às especificidades da região, "passaram a monitorar a ebulição política relacionada ao projeto carlotista e ao processo emancipatório platino a partir de 1810" (COMISSOLI, 2019. Pg. 97).

O professor Comissoli procura identificar qual era o papel desses informantes no que tange a relação entre os impérios português e espanhol naquela região. É deixado suficientemente claro para seus leitores que esses espões ou espias, como eram referenciados pelas fontes trabalhadas, "são informantes que atuaram diretamente em cidades espanholas como Buenos Aires, Montevideu, Colônia do

Sacramento e Maldonado” porém, além disso, existe outra categoria de informantes, os chamados bombeiros, esses últimos

eram batedores que operavam junto de patrulhas militares, adiantando-se às mesmas, interrogando pessoas e colhendo informações dentre os rumores que circulavam no cotidiano das pessoas, atuando em áreas rurais ou ausentes de povoação (COMISSOLI, 2019. Pg. 99).

Fica evidente desta forma, que

a espionagem e o sistema de vigilância se mostravam necessários dada a condição fronteiriça do extremo sul da América, que certamente não lhe é única, mas que atuou fortemente sobre a consolidação da sociedade e dos poderes e hierarquias nela atuantes” (COMISSOLI, 2019. Pg. 100).

Será tratado com maior clareza as especificidades da região em questão nas próximas etapas deste trabalho, por hora, vou me deter a mais algumas ideias apresentadas por Comissoli.

A categoria de bombeiros se difere da condição de espião e com isso, fica clara uma especialização daqueles pois, eles “eram um misto de espiões e batedores e não é sem acerto considerar que enquanto a palavra espia pode se referir tanto aos que atuavam nas cidades quanto no campo o termo bombeiro é exclusivo de atividade fora dos núcleos populacionais” (COMISSOLI, 2019. Pg. 102). Existia uma certa forma de expertise desses sujeitos, tanto que “‘bombar’ os campos não era uma atividade a ser entregue a quaisquer pessoas, havia tipos considerados mais competentes à função, os quais se buscavam incentivar com dinheiro” (COMISSOLI, 2019. Pg. 103). Comissoli advoga que “a utilização de espias e bombeiros permite que falemos em uma rede de comunicação” tanto no Rio Grande de São Pedro quanto nas cidades e regiões espanholas. Os últimos, “devem ser entendidos como agentes de fronteira, residindo junto às guardas militares”, eles faziam a devida patrulha de uma região específica, o reconhecimento dos campos e buscavam informações em áreas de pouca densidade demográfica, já os primeiros “deslocavam-se a Montevideú, Maldonado, Cerro Largo e Buenos Aires, utilizando-se de disfarces, se necessário, e evitando atrair a atenção das autoridades hispânicas” (COMISSOLI, 2019. Pg. 103).

Comissoli olha para seu objeto de pesquisa do ponto de vista do império ultramarino português, ou seja, da atividade de bombeiros e espiões que estão a serviço desta coroa, contudo, no mínimo seria uma ingenuidade de sua parte não

considerar o mesmo artifício sendo utilizado pelos hispânicos. Ele não ignora “o fato dos espanhóis terem utilizado os mesmos estratagemas que os portugueses, gabando-se de possuir contatos no Rio de Janeiro, que lhes confirmavam ou negavam notícias que chegavam por outros canais” (COMISSOLI, 2019. Pg. 104-105). Os espanhóis assim como os portugueses, “destacavam a importância cabal do uso de bombeiros para obtenção de informes considerando os mesmos indispensáveis às patrulhas, sob pena destas se tornarem inúteis” (COMISSOLI, 2019. Pg. 105). E é para este sentido que o presente trabalho vai encaminhar seu enfoque, o uso de informantes espanhóis para obtenção de informações relevantes sobre a vinda da família real portuguesa ao Rio de Janeiro no ano de 1808. Porém, antes disso, se faz necessário contextualizar o leitor sobre as especificidades da região trabalhada, o Rio Grande de São Pedro e o vice-reino do rio da Prata.

3. UM TERRITÓRIO MARCADO POR DISPUTAS

Buscando entender “a dissolução dos impérios ibéricos na América e os primeiros vislumbres dos futuros Estados nacionais modernos na região platina” João Paulo Pimenta argumenta “que estes impérios não haviam desaparecido por completo dos horizontes políticos projetáveis pelos homens da época, e tampouco tinham sido estabelecidas em definitivo as soluções políticas a eles contrapostas” (PIMENTA, 2002. Pg. 17). O autor coloca o ano de 1808 como um marco muito importante para as duas metrópoles ibéricas. “Na portuguesa, a transferência da sede máxima do poder político para os domínios americanos precipitará uma série de desdobramentos responsáveis pela particularidade de sua trajetória” (PIMENTA, 2002. Pg. 17) em contraponto com o que acontecia com os espanhóis pois,

no mundo hispânico, o impedimento dos monarcas, a formação peninsular de uma junta central de governo e a proliferação de novos espaços de exercícios de poder político soberano e autônomo por todo o império, trarão um efeito contrário ao obtido por Portugal: a abertura, já na primeira década do século XIX, de um caminho de ferozes lutas que culminarão nas independências (PIMENTA, 2002. Pg. 17).

Com isso, Pimenta faz um alerta aos seus leitores da importância de fazermos “uma distinção qualitativa entre o que são os territórios dos Estados nacionais de Brasil, Argentina e Uruguai” em contraponto e levando em consideração os processos históricos de “o que foram aqueles aos quais correspondiam as áreas de colonização portuguesa e espanhola, no último caso especificamente na região do Rio da Prata” (PIMENTA, 2002. Pg. 49). “Os territórios dos impérios ibéricos distribuam-se” em variados continentes, como no europeu obviamente, no americano, em partes do território asiático e no africano, este último um privilégio de Portugal, desta maneira,

formando unidades geográficas descontínuas e bem-delimitadas somente em suas porções européias. Conheçam alguma homogeneidade somente no plano político-administrativo, com a articulação de grande diversidade física, social e cultural em torno de monarquias e monarcas que lhes davam coesão (PIMENTA, 2002. Pg. 49).

Um ponto muito importante que se tem que ter em mente, para que seja possível evitar qualquer tipo de anacronismo histórico, é que “a espacialidade das áreas coloniais era, e sempre foi, imprecisa, já que os Estados monárquicos nunca tiveram exato conhecimento de seus limites, marcos, jurisdições ou utilização social”

(PIMENTA, 2002. Pg. 50), o que havia, de certa maneira, eram “ideias gerais e globalizantes”, que por sua vez, “do ponto de vista da administração colonial, homogeneizavam áreas bastante heterogêneas”. Neste sentido, “a fronteira apresentava múltiplas dimensões, dada sua composição social e política. Em certo aspecto era uma fronteira imperial, separando domínios e pretensões portuguesas e espanholas” (COMISSOLI, 2019. Pg. 100). Além disso, outro ponto que não posso deixar de comentar aqui, é que “a presença indígena complexificava o cenário”.

De um lado havia os guarani-missionários, concentrados em povoados de origem jesuítica e reconhecedores das soberanias europeias. De outro, nações seminômades de charruas e minuanos no sul da capitania de São Pedro e caingangues no planalto nordeste. Diferentemente dos guarani-missionários, estes grupos não haviam sido catequizados e mostravam-se indômitos, sendo designados por ‘infieis’ pelos agentes administrativos de ambos os impérios. Não obstante, os grupos indígenas se aproximaram de uma ou outra monarquia, quando não oscilaram sua aliança, havendo pesquisadores que argumentam que a submissão a um determinado império não foi determinante do comportamento indígena, preservando-se comportamentos e valores ancestrais, o que certamente reforça a ideia de que a fronteira do extremo sul era tripartida, quando não multifraturada. Mesclava-se o sentido de fronteira enquanto limite da civilização e enquanto confronto de soberanias, algo comum a outras partes da América (COMISSOLI, 2019. Pg. 101).

Alinhado com o tema de fronteira expresso nas linhas anteriores, se torna importante dissertar sobre o mesmo. Ele, por sua vez, “atrela-se ao das identidades por indicar até onde elas se estendem e quando começam a conviver com outras”. O historiador tem uma preocupação ímpar quando o assunto é fronteira, estamos “frequentemente [...] traçando fronteiras, definindo grupos (culturais, econômicos, sociais), identificando sistemas de inclusão e exclusão que terminam por selecionar quem faz parte de uma comunidade e quem lhe é estranho, ainda que próximo” (COMISSOLI, 2021. Pg. 16). Entretanto, se faz importante ressaltar “que devemos ter em mente o tema das fronteiras enquanto inesgotável e permanente”, ainda mais que, “a ideia de fronteira também obriga a de contato e convivência, ainda que não necessariamente harmoniosa” (COMISSOLI, 2021. Pg. 16). Simpatizo com a ideia de Comissoli em “considerar a realidade social enquanto um poliedro, com inúmeros lados e ângulos, do qual só conseguimos encarar algumas faces de cada vez”, o historiador ou historiadora deve ter em mente que

não será possível de observar em um único golpe de vista, sendo necessário, rotacionar nosso diamante social a fim de perceber-lhe os diferentes componentes, o que inevitavelmente acarreta não ser

possível compreender ou analisar todas as dimensões a um só tempo (COMISSOLI, 2021. Pg. 16).

“Independente do referencial adotado para analisar uma fronteira, ela será mais bem compreendida na medida em que pensamos sua manifestação física (contato) enquanto resultante das relações sociais que a determinam, valorizando, portanto, sua dimensão humana” (COMISSOLI, 2021. Pg. 17). O tema pode ser melhor compreendido se olharmos para ele como um produto, que é gerado a partir de conflitos e disputas ao longo do espaço e do tempo. “A fronteira manifesta-se espacialmente, mas não será resultado do território em si, estabelecendo-se a partir dos relacionamentos entre os atores sociais que o habitam”, é imprescindível realizarmos a “identificação dos atores envolvidos, do tipo de convivência e disputa que realizam e dos instrumentos por eles utilizados, os quais se desdobram sobre um ambiente específico” (COMISSOLI, 2021. Pg. 17). Com isso dito, podemos refletir sobre a fronteira como uma espécie de “metamorfose”, ou seja, a ideia “de que a fronteira se altera na medida em que as identidades por trás dela se modificam, isto é, os referenciais de identificação e alteridade transformam-se” (COMISSOLI, 2021. Pg. 29) e com isso, em um território com constantes disputas e transformações, como o vice-reino do rio da Prata, pode-se ficar mais evidente aos olhos do historiador.

“O fim do século XVIII e os primeiros anos do XIX” nesta região de disputas, se faz como um momento chave para analisarmos tais transformações, seja no âmbito político, cultural, religioso, econômico ou social, “de modo que as regiões americanas puderam desligar-se dos antigos impérios e articular-se enquanto entidades políticas organizadas sobre novos preceitos: a soberania popular, a legitimidade não sagrada do poder, a ideia de representatividade e a de nação” (COMISSOLI, 2021. Pg. 29). Na virada destes séculos, “a animosidade também superava os binômios França-Inglaterra e Espanha-Portugal, que dominaram o setecentos, envolvendo múltiplas oposições e dispendo um cenário de concorrência de todos contra todos, a despeito dos tratados solenes firmados e garantidos” (COMISSOLI, 2021. p. 32). Um exemplo disso são os “acordos entre Portugal e Espanha, como os tratado de Madri (1750), El Pardo (1761) e Santo Ildefonso (1777), desdobramentos das grandes negociações entre as potências européias que, na política do Antigo Regime, caracterizam suas relações políticas” (PIMENTA, 2002. Pg. 50). Com isso, “tal condição adquire visibilidade durante os ataques ingleses ao rio de Prata (1806 e 1807) e no evidente

desconforto causado aos portugueses, pela alteração da vizinhança” (COMISSOLI, 2021. Pg. 32).

No próximo capítulo, voltarei o olhar mais uma vez para as invasões britânicas a Buenos Aires, mas por hora, é importante salientar que essas incursões “não iniciaram a vizinhança americana para britânicos e lusos, mas a reação de Buenos Aires deu origem a uma consciência de participação política e pertencimento para sua população” (COMISSOLI, 2021. Pg. 33). Embora a ocupação inglesa na região tenha sido rápida, “durado cerca de um mês e meio”, tal fenômeno “abasteceria uma ideia de grupo, uma identificação entre os habitantes da cidade e sua capacidade de ação coletiva, que se manteria sólida quando no final de 1807 o rei da Espanha fosse deposto e a legitimidade do império entrasse em crise irreversível” (COMISSOLI, 2021. Pg. 33).

“A região platina constituiu o limite dos Impérios Ibéricos na América e, desde o princípio se sua integração ao mundo Atlântico em formação, foi alvo de disputas pelas potências europeias” (PRADO, 2010. Pg. 72). Esse território é marcado historicamente por conflitos e esse ponto é ao meu ver, fundamental para a compreensão das singularidades que envolvem esta região. Entretanto “foram as tentativas espanholas de colonização a partir de Buenos Aires que vigoraram”, ponto o qual se pode remontar desde o século XVI, com o “fracasso da primeira tentativa em 1534, foi em 1580, dentro da conjuntura da União Ibérica, que se deu a segunda e definitiva fundação da cidade de Santa Maria de los Buenos Ayres” (PRADO, 2010. Pg. 72). Fabricio Prado esclarece que,

em função de ser um área periférica dentro do sistema comercial espanhol, a região auferiu diversas vantagens comerciais pela proximidade com a América portuguesa e pela presença de uma próspera comunidade mercantil luso-brasileira em Buenos Aires. Os mercadores de Buenos Aires eram importantes por causa de seu porto e por ser a porta dos fundos das minas de Potosi (PRADO, 2010. Pg. 72).

Dito isso, se pode perceber desta maneira, a ideia da importância dos portos trazida por Hobsbawm anteriormente. Por que, “o transporte por água era, portanto, não só mais fácil e barato, mas também geralmente mais rápido” (HOBSBAWM, 2016. Pg. 31). Estar perto de um porto era um lugar privilegiado. Outrossim que Prado esclarece sobre o mercado platino, é que este “era extremamente importante para o

Império Português em função do couro”, produto muito valorizado no período em questão, “mas principalmente em função da prata captada como pagamento por mercadorias europeias e americanas”, principalmente pessoas africanas escravizadas. Desta maneira, com a União Ibérica rompida em 1640, “Portugal modificou sua estratégia de participação na economia e sociedade platinas. Buscando restabelecer sua ativa presença mercantil no rio da Prata”, no ano de 1680, o império português “fundou na margem setentrional do rio da Prata, a 50 km de Buenos Aires, a Colônia do Santíssimo Sacramento” (PRADO, 2010. Pg. 72). No espaço de tempo entre os anos de 1680 até 1777, este território foi alvo de intensas disputas por parte de ambos os impérios ibéricos. “Por três vezes Portugal conseguiu a devolução da Praça por vias diplomáticas (1681, 1715 e 1763)”, contudo, “em 1777, ocorreu a tomada definitiva da Colônia por forças espanholas que provocaram a completa destruição do espaço urbano” (PRADO, 2010. Pg. 73). Um ano antes, em 1776, é criado o vice-reino do rio da Prata, que por sua vez, englobava: “Río de la Plata, Tucumán, Paraguai (ou Guayrá) e Cuyo”.

A nova administração era dividida em oito *intendencias* da seguinte forma: 1) intendência de Buenos Aires (capital em Buenos Aires), englobando Santa Fe, Corrientes, Montevideu, Maldonado, Río Negro (costa patagônica), San Miguel, Yapeyú e Concepción; 2) intendência de *Córdoba del Tucumán* (capital em Córdoba), englobando Mendoza, San Juan, San Luis e La Rioja; 3) intendência de *Salta del Tucumán* (capital em Salta), englobando San Miguel de Tucumán, Santiago del Estero, Catamarca, Jujuy, Nueva Orán e Puno; 4) intendência do *Paraguai* (capital em Asunción), englobando Candelaria, Santiago, Villarrica, Curuguati e Villa Real; 5) intendência de *Potosí* (capital em Potosí), englobando Parco, Chayante, Chicas, Tarija, Lipes e Atacama; 6) intendência de *La Paz* (capital em La Paz) englobando Sicasica, Pacages, Omasuyos, Larecaja, Cholumani e Apolobamba; 7) intendência de *Cochabamba* (capital em Cochabamba) englobando Santa Cruz de La Sierra, Valle Grande, Mizque, Clisa, Arque, Tapacari, Hayopaya e Sacaba; 8) intendência de *Charcas* (capital em La Plata), englobando Yamparaes, Tomina, Pilaya e Oruro (CAMPOS, MENÉNDEZ, SILVA. Pg. 38. apud. PIMENTA, 2002. Pg. 51).

É importante salientar para evitar equívocos históricos, que “apenas as três primeiras formam a atual República Argentina, e parte da antiga intendência de Buenos Aires é jurisdição da República do Uruguai, inclusive a capital Montevideu”, assim como Pimenta pontua, “partes dos atuais limites da República Argentina não foram delimitados, nem sequer preliminarmente, durante o período anterior a 1810” (PIMENTA, 2002. Pg. 52). Para mais, não se pode abandonar o fato que os centros administrativos com maior expressão, tais como Buenos Aires, Rio de Janeiro e Montevideu, tiveram o papel fundamental de “aglutinadores de interesses diversos,

constituindo-se quando da crise do sistema colonial em espécies de centros decisórios em contexto pautado pela emergência de diversas alternativas políticas” (PIMENTA, 2002. Pg. 54-55). Foram lugares chaves, onde aconteceram contestações, disputas, conflitos e renovação da ordem política vigente. Esses espaços, acabaram por atuar “como aglutinadores de determinados interesses, que por sua vez puderam tornar-se projetos políticos de construção de uma nova ordem”. Tendo isto em mente, a capital da atual Argentina, “constitui-se em sede do governo provisório em 1810 bem como Montevideú, que já diferia de outros centros da região por sua atividade comercial, portuária, e também por ser sede de intendência do Vice-Reino” (PIMENTA, 2002. Pg. 56). Na mesma linha de pensamento, o Rio de Janeiro que foi elevado a posição de “sede do governo colonial em 1763”, mostra-se um importantíssimo centro de tomadas de decisões, “conheceu crescente atividade comercial nas últimas décadas do século XVIII” e este ponto se intensifica com vinda da Corte portuguesa em 1808, desta forma “teria ‘criado significado’ não apenas por ser o principal porto da América portuguesa, mas sobretudo de sua condição simbólica de centro de poder” (PIMENTA, 2002. Pg. 56). Além disso, esses centros decisórios, seja Paris, o Rio de Janeiro ou Buenos Aires, atraíam justamente os informantes ou espiões que ali estavam, para buscar informações das mais diversas naturezas. Assim como Darnton deixou claro, quando escreve sobre a Árvore da Cracóvia e sua função em Paris.

Além do tratado de Santo Ildefonso, o “qual se restituía à Espanha a Colônia do Sacramento e os Sete Povos” (PIMENTA, 2002. Pg. 60), o ano de 1777 foi marcado pela chegada de Antonio de Pedro de Cevallos ao Rio da Prata. “O novo vice-rei do Rio da Prata, que governará por pouco mais de um ano, empenhou-se no desterro de parte da população da Colônia, assim na demolição física de sua estrutura urbana” (PRADO, 2010. Pg. 74). Desta forma, se pode verificar um certo “período de trégua entre as potências”, porém, “suas estipulações não alteram significativamente o contexto de indefinição de limites entre os coroas” (PIMENTA, 2002. Pg. 60). Isso pode ser averiguado, no sentido que “muitas famílias lusas permaneceram na região. Algumas se estabelecendo no interior da Banda Oriental, próximas a Santo Domingo Soriano e Rio Negro até Maldonado” (PRADO, 2010. Pg. 75). Montevideú também recebeu famílias e indivíduos com este processo como “importantes pilotos de navios, capitães, artesãos e mercadores da Colônia do Sacramento. Juntamente com eles,

uma vasta rede de contatos e informações sobre tráfico transatlântico de bens e pessoas também migrou para Montevideu” (PRADO, 2010. Pg. 75).

Com o decorrer deste processo, “Montevideu se consolida como o principal porto atlântico da região”, desta forma, mais do que nunca, “os grandes comerciantes de Buenos Aires, monopolistas e não monopolistas, tinham de possuir representantes ou associados” naquele território. “O movimento naval e comercial do Montevideu foi crescente ao longo das últimas décadas de domínio espanhol sobre o Rio da Prata”, Prado informa que “entre 1778 e 1806, foram mais de 200 barcos com destinos ou origens em portos estrangeiros que saíram ou entraram no Porto da Banda Oriental. Mais da metade destes tinham o Rio de Janeiro como origem ou destino” (PRADO, 2010. Pg. 75-76).

O Rio da Prata é um lugar de “conflitos duradouros, de intercâmbio e atividade comercial, portanto de interligação entre os que nela habitavam ou praticavam seus ofícios” (PIMENTA, 2002. Pg. 60).

Se já existiam diferenças importantes entre os interesses das comunidades de Montevideu e Buenos Aires desde a última décadas do século XVIII, a crise desencadeada com a invasão de Espanha por Napoleão (1808) e a posterior prisão de Fernando VII veio a adicionar maior complexidade (PRADO, 2010. Pg. 78).

Além do mais que, “a crise da Monarquia espanhola abriu a possibilidade que permitiu ao Império Luso-Brasileiro, agora sediado no Rio de Janeiro a voltar a ter uma presença e interferência oficial no Rio da Prata” (PRADO, 2010. Pg. 78). É neste sentido que vou trabalhar o próximo capítulo deste trabalho, refletindo sobre a transferência da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro e ainda, como foi a atuação dos informantes sobre esse acontecimento, em uma região de intensas disputas como é o vice-reino do Rio da Prata.

4. A CHEGADA DA CORTE AO BRASIL E OS INFORMES DE LUIS LARROBLA

“Desde meados do século XVIII, observam-se no universo colonial sutis transformações no plano das idéias”, desta maneira, se torna evidente para Pimenta que, “a crítica política progressivamente empreendida na Europa desde o século XVII, formulada nos padrões do Antigo Regime [...], trazia em si reflexões indicativas de lentas mudanças” (PIMENTA, 2002. Pg. 65). Neste sentido, Hobsbawm argumenta que “se a economia do mundo do século XIX foi formada principalmente sob a influência da revolução industrial britânica, sua política e ideologia foram formadas fundamentalmente pela Revolução Francesa” (HOBSBAWM, 2016. Pg. 97). Se pode observar aqui, uma conjunção de variadas adversidades para os antigos regimes europeus, pensando em seus sistemas econômicos. Os últimos anos do século XVIII são marcados por múltiplas agitações políticas, “às vezes chegando a ponto de revolta, e de movimentos coloniais em busca de autonomia”. Isso se torna evidente “não só nos Estados Unidos (1776-1783) mas também na Irlanda (1782-1784), na Bélgica e em Liège (1787-1790), na Holanda (1783-1787), em Genebra e até mesmo [...] na Inglaterra (1779)” (HOBSBAWM, 2016. Pg. 98).

Por conseguinte, “a vinda da Corte portuguesa ao Brasil acontece em meio a uma conjuntura política europeia muito delicada: as guerras napoleônicas que assolavam a paz no Velho Mundo” (MEIRELLES, 2015. Pg. 07). Em meio a este cenário de hostilidades os portugueses durante o período que vai de 1801 a 1807, ou melhor, “a política de dom João, então príncipe regente da Casa de Bragança, sofreria transformações, principalmente com a transladação de toda a família real e do Estado português para a colônia do Brasil” (COLVERO, 2009. Pg. 01). “Em 1808, após a invasão de Portugal e a transferência da Corte Lusitana para o Brasil escoltada pela armada inglesa, as tropas napoleônicas ocuparam a Espanha, até então uma potência aliada da França” (PRADO, 2010. Pg. 78). Além disso, é importante de ressaltar que com “a abdicação de Carlos IV em favor de Fernando VII, e a posterior prisão deste, provocou uma crise de autoridade nas colônias americanas do Império Espanhol” (PRADO, 2010. Pg. 78). Porém, o traslado da Corte não pode ser visto como uma medida ou uma decisão tomada de uma hora para outra. “Ao contrário, já era um projeto político arquitetado pela monarquia portuguesa desde o século XVI, que

ganhava força sempre nos momentos de instabilidade política da Coroa” (MEIRELLES, 2015. Pg. 08 apud. SCHWARCZ, 2002. Pg. 194-197).

No dia 29 de novembro do ano de 1807,

as embarcações ocupadas pela família real e quase toda a ‘camarilha’ que se beneficiava da máquina governamental, mais criados, toda a receita que fora possível carregar, obras mais variadas, uma tipografia e tudo mais que era necessário ao traslado da corte saíram de Portugal em direção ao Brasil (COLVERO, 2009. Pg. 02).

Quase dois meses depois da partida das terras portuguesas, “no dia 14 de janeiro de 1808, o brigue *Voador* trazia ao porto do Rio de Janeiro a notícia de que a Família Real estava a caminho” (MEIRELLES, 2015. Pg. 09). Passados três dias, acontece “o desembarque das sete naus portuguesas e dos três barcos ingleses no cais do porto” carioca. Contudo, “para o desapontamento da maioria da casta real, entretanto, chegavam apenas duas irmãs da rainha D. Maria I: d. Maria Benedita e D. Maria Ana, além de duas infantas, Maria Francisca de Assis e Isabel Maria” (MEIRELLES, 2015. Pg. 09).

Sem saber o que havia acontecido com os demais membros da dinastia de Bragança, as nobres senhoras e senhoritas da família real não aceitaram o convite do conde dos Arcos para aportarem em terra firme. Preferiram ficar a bordo dos navios à espera de notícias, que só chegariam ao Rio um mês depois. Enquanto isso, os demais tripulantes circulavam pela cidade em busca de acomodação (MEIRELLES, 2015. Pg. 09).

“Enfim, em 7 de março a esquadra real aportava no porto da baía de Guanabara”. Apesar disso, “os membros da realeza só desembarcariam efetivamente em solo carioca no dia seguinte, em 8 de março, por volta das quatro horas da tarde” (MEIRELLES, 2015. Pg. 10). Desta forma, “o estabelecimento da Corte Portuguesa no Rio de Janeiro marcou a migração da Metrópole lusa da Europa para América, assim como o renascimento das pretensões lusitanas sobre a região platina” (PRADO, 2010. Pg. 79). Com o estabelecimento do governo português nas terras de sua até então colônia, se “dava início a um projeto de Estado que visava, ao menos como justificativa, manter a solidez da América colonial por meio de uma possível união ibero-americana” (COLVERO, 2009. Pg. 05) liderada pela dinastia dos Bragança. Todavia, a camada dirigente do vice-reino do Rio da Prata não teve larga empolgação com o projeto.

Praticamente em todo o vice-reinado, antes mesmo do recebimento das correspondências enviadas pelas principais autoridades do

governo português, já estava sendo posta em prática uma reorganização de tropas para evitar a possível invasão que a chegada do príncipe regente, no entendimento dos governantes platinos, anunciava (COLVERO, 2009. Pg. 05).

Fica evidente desta maneira, que “ainda não estavam claras aos vizinhos platinos as reais intenções dos portugueses em relação às suas fronteiras” (COLVERO, 2009. Pg. 05). No dia 02 de março de 1808 o Cabildo de Montevideu escreve ao Cabildo de Buenos Aires, manifestando o envio para terras portuguesas de Luis Larrobla,

un sugeto activo, inteligente, de toda su satisfaccion y de la de dicho Gefe al Rio Grande para que con la cautela correspondiente se impusiese de todo quanto alli ocurria, y a su buelta pudiese enterarnos circunstanciadamente de ello, como la ha verificado el 29 del que espiró a su regreso de dicha comision en 17 dias de ida y buelta, con la relacion que en copia acompaña a V. S. este Ayuntamiento, a fin de que por ella se imponga del semblante actual de aquella nacion con la nuestra (PRLP, 1961. Tomo I. Carta 2. Pg. 06).

Larrobla então, ficou encarregado de arrecadar informações referente à vinda da Corte Lusitana ao Rio de Janeiro, em Rio Grande de São Pedro. A sua missão teve duração de 17 dias, envolvendo ida e volta, e quando o mesmo estava novamente em Montevideu, repassou os informes arrecadados nos dias de sua tarefa, assim como o fragmento da documentação exposta acima afirma. Na mesma correspondência, ainda é possível verificar um certo grau de cautela e receio vindo do Cabildo de Montevideu, quando escreve que

en caso de un rompimiento de Guerra con aquella nacioan fronteriza, por las ningunas fuerzas que hay en ella para contenér la ambicion de tales vecinos, à fin de que V. E. pueda con tiempo oportuno propendér por medio de sus acostumbrados actibos recursos en quanto penda de su parte à facilitarnos el Socorro de gente, armas y dinero de que tanto carecemos, y al mismo tiempo la gracia de que no se remuevan de esta ciudad las cortas reliquias que han quedade en ella de un corto numero de indibiduos del Regimiento de Infanteria veterana de Buenos Ayres, à quienes desea todo este vecindario tener a su lado por el buen desempeño que ha manifestado en la defensa de la Plaza (PRLP, 1961. Tomo I. Carta 2. Pg. 06).

Antes de mais nada, me preocupo em esclarecer um ponto apresentado pelo documento, referente ao “*Regimiento de Infanteria veterana de Buenos Ayres*”. Centeno e Mazzoni argumentam que “*debemos tener presente la distinción que existía entre la tropa veterana y la milicia*”. A primeira “*estaba conformada en su mayoría por militares de carrera de origen peninsular, y gozaba de diferentes beneficios, entre ellos el de un sueldo*” (CENTENO; MAZZONI, 2011. Pg. 44). “*Por su parte, la milicia era, en cierta medida, un refuerzo de las tropas veteranas con las que*

se buscaba compensar la escasez de efectivos”, sendo assim, era formada “*por individuos sin formación militar que, al incorporarse al servicio, recibían temporariamente instrucción para luego continuar con sus actividades rutinarias*” (CENTENO; MAZZONI, 2011. Pg. 45). Além disso, é possível de se observar pelo fragmento da carta transcrito, que o Cabildo de Montevidéu se mostra preocupado com uma possível invasão portuguesa ao seu território. Pede por soldados, armas e recursos financeiros para caso haja uma invasão. E ainda, solicita que “*reboque la orden dada por la capitania general para ida de estos pocos soldados, y que se conceda la subsistencia de ellos aqui para cualquier caso que ocurra contar al menos con este mas auxilio*” (PRLP, 1961. Tomo I. Carta 2. Pg. 07). Dito isso, quero propor aqui uma observação sobre o tom receoso que os dirigentes do Cabildo de Montevidéu apresentam na correspondência. Estariam eles com medo de uma invasão? Pensando mais propriamente nos anos de 1806 e 1807, com as incursões britânicas sobre o território do vice-reino do Rio da Prata, os dirigentes deste, estariam talvez angustiados pelo o que poderia vir a acontecer com seu território, após a chegada da família real lusitana e de uma força naval considerável, composta por navios lusos e ingleses? Essas são perguntas que o historiador não consegue responder de fato, mas que, contudo, o simples exercício de fazê-las, o serve para fins de complexificar as realidades trabalhadas.

Jean Delumeau argumenta que “não só os indivíduos tomados isoladamente, mas também as coletividades e as próprias civilizações estão comprometidas num diálogo permanente com o medo” (DELUMEAU, 2009. Pg. 12). O escritor francês escreve que “o medo é aqui o hábito que se tem, em um grupo humano, de temer tal ou tal ameaça (real ou imaginária)” (DELUMEAU, 2009. Pg. 32). Para além disso, Delumeau acaba por distinguir o medo da angústia. “O temor, o espanto, o pavor, o terror dizem respeito ao medo; a inquietação, a ansiedade, a melancolia, à angústia. O primeiro refere-se ao conhecido; a segunda, ao desconhecido” (DELUMEAU, 2009. Pg. 33). O autor expõe que “o medo tem um objeto determinado ao qual faz frente”, como por exemplo o medo do escuro, que quando se liga ou acende a fonte de iluminação, aquele se esvai. De outra maneira, “a angústia não tem e é vivida como uma espera dolorosa diante de um perigo tanto mais temível quanto menos claramente identificado: é um sentimento global de insegurança” (DELUMEAU, 2009. Pg. 33). Posto isso, e também tendo em mente que “as incursões inglesas foram mais

bem-sucedidas em Montevidéu, que permaneceu ocupada de fevereiro a setembro de 1807” (PIMENTA, 2002. Pg. 75), se pode fazer entender o possível medo ou angústia dos dirigentes platinos.

Acredito ser prudente agora, voltar a escrever brevemente sobre as invasões britânicas na região do vice-reinado. Pablo Centeno e María Mazzoni relatam que,

quando a fines de 1805 se tuvo noticias en Buenos Aires de que una escuadra inglesa había tocado las costas de Brasil, el virrey Sobremonte ordenó el traslado a Montevideo de toda la tropa veterana existente en Buenos Aires. Su accionar se debió a la suposición de que aquella plaza sería la elegida para un posible ataque inglés. Sin embargo, el desembarco inglés al mando del Almirante Home Popham se produjo en la misma capital virreinal, el 25 de junio de 1806 [...]. Como consecuencia de la decisión del virrey, la plaza porteña se vio desprotegida y la llegada del invasor obligó a las autoridades a recurrir a la milicia urbana para hacer frente al ataque externo (CENTENO; MAZZONI, 2011. Pg. 47).

Em 27 de junho de 1806, as tropas do “General William Carr Berford” tomaram Buenos Aires. Entretanto, *“fue Santiago de Liniers, un militar francés al servicio del ejército español, quien se hizo cargo de la reconquista de la ciudad”*. Este, foi designado como Comandante General de Armas por aclamação popular, assim sendo, através da formação de uma Junta de Guerra foi que *“se decidió llevar adelante una reestructuración de las fuerzas militares para defender la ciudad debido a la posibilidad de una nueva incursión de la tropa inglesa, ahora replegada en Montevideo”* (CENTENO; MAZZONI, 2011. Pg. 48). Os autores acabam por argumentar que primeiramente, *“la empresa de Popham no fue producto de un capricho, o de un rumor que lo alentó a lanzarse a las costas rioplatenses”*, simplesmente pela busca de ouro ou prata, essa visão acaba por simplificar um cenário de complexas conjunturas. O ataque ao vice-reino

derivó de un plan del gobierno británico, motivado por la influencia personal del propio Popham y madurado a la luz de importantes encuentros e intercambios con personajes de peso en la política británica y algunos americanos [...], que buscaban la ruptura de estas colonias con la metrópoli. En segundo lugar, justamente, el hecho de que el primer ataque haya sido precario, aunque no improvisado, explica la magnitud de la empresa militar británica, (demostrada por el envío posterior de tropas a la plaza de Montevideo) y el interés que el asunto terminó despertando en las autoridades, para sostener una segunda incursión a Buenos Aires en 1807 (CENTENO; MAZZONI, 2011. Pg. 48-49).

Dito isso, os autores consideram que *“la militarización de la sociedad provocada por la invasión inglesa fue un hito importante en el proceso histórico*

rioplatense, pues permitió cierta movilidad dentro de la estructura social” (CENTENO; MAZZONI, 2011. Pg. 49). Como podemos perceber pelo estudo de Centeno e Mazzoni, as invasões britânicas foram um momento chave para o percurso histórico do vice-reinado. Tendo em mente este processo, torna-se prudente pensar no emprego de um informante, para dar conta de arrecadar boas informações sobre a vinda da Corte portuguesa em 1808. A disputa por aquele território marca a vida daquelas pessoas e o emprego de recursos para salvaguardá-lo, no caso estudado aqui o uso de espiões, se torna válido senão indispensável para sua manutenção.

Na nota que o Cabildo de Montevideu envia ao Cabildo de Buenos Aires, exposta anteriormente neste capítulo, são anexados os informes de Luis Larrobla. Foi trabalhada a carta 2, que está contida na “Política Lusitana en el Rio de la Plata - Colección Lavradio tomo I”, que abrange documentos de diversos assuntos dos anos de 1808-1809. As informações que foram por sua vez anexadas, representam a carta 3. Nela se pode averiguar uma “*copia de las noticias que inquirió en el Rio Grande Dn. Luis Larrobla en el día 24 de febrero ultimo y comunicó à este cavildo el 29 de regreso de aquel continente*” (PRLP, 1961. Tomo I. Carta 3. Pg. 07). Desta forma, segue algumas informações que aquele sujeito conseguiu arrecadar:

Fuerzas en este lugar - un Batallon que contiene 70 a 80 hombres con el nombre de Chimangos con dos cañones de à 6 de tren volante. Igual Numero con corta diferencia, con el titulo de voluntarios de caballeria - Preparativos por ahora absolutamente ningunos. No esperan tropas del Janeyro (PRLP, 1961. Tomo I. Carta 3. Pg. 07).

Até aquele momento, como podemos perceber no informe, não se tinha preparativos para a chegada da Corte, pelo menos não no território do Rio Grande de São Pedro. Larrobla continua dizendo que até o dia 14 de fevereiro ainda “*no havia llegado el Principe Regente al Rio*” e ainda adiciona uma informação bem precisa dos acontecimentos, “*el que entró en la Bahia de Todos Santos con dos Navios Portugueses juntamente con la Princesa Carlota y 4 Ingleses*” (PRLP, 1961. Tomo I. Carta 3. Pg. 07-08). Na sequência, ao mesmo tempo que acalma, dizendo que “*no se habla, y se ignora de rompimiento de guerra con los Españoles*”, ele adverte, “*aunque se sospecha mucho*”. Continua relatando que, “*no hay Partidas destinadas para la Frontera - No han venido mas tropas con el Principe, que un Regimiento de Marina*” (PRLP, 1961. Tomo I. Carta 3. Pg. 08). Este último informe é muito relevante, levando

em consideração que a escolta foi feita pelos ingleses. Luis Larrobla continua repassando aquilo que conseguiu captar:

Por el día 5 ú 8 debia de salir el Principe y la Carlota (la que vino en Buque separado hasta la Bahia) del ya dicho puerto - En el Janeyro entraron 2 navios Portugueses y tres Ingleses con la reyna viuda un Infante y dois hijos del Principe Regente - despues de haver saltado el Principe, el Pueblo la apellidó Emperador de toda la America del Súr, à lo que respondia, que seri lo que quisieran - La familia Real salió de Lisboa con todo disfraz y prontitud el 28 de 9re. del pasado, y en la altura de las Terceras tubieron un gran Temporal, el que les obligó a dispersarse (PRLP, 1961. Tomo I. Carta 3. Pg. 08).

Larrobla por meio de seu informe, repassa as datas dos últimos acontecimentos e demais contribuições, sem uma precisão clara é evidente, mas que consegue por sua vez, situar de modo claro e objetivo os dirigentes do vice-reinado referente a trajetória feita pelos portugueses até o Rio de Janeiro. Por meio de seu informe, e levando em conta aquilo que Meirelles contribui, se pode saber que foi por causa de “*un gran Temporal*” em alto mar, que a comitiva foi obrigada a se dispersar. O informante procurou sintetizar variadas informações, as quais já estavam disponíveis para algumas pessoas no Rio Grande, para que ele as pudesse acessar. Ele concluiu o seu relato dizendo que,

el Principe y demas familia havian dejado el Reyno por tener noticia por los Ingleses despues de haber cerrado el Puerto ò Puertos á estos 19 dias, de que las Tropas Francesas se dirigian a su corte con Titulo de proteccion, y era para asegurar su Persona Real y demas familia (PRLP, 1961. Tomo I. Carta 3. Pg. 09).

Como podemos perceber até aqui, a notícia da chegada da Corte portuguesa ao Brasil, causou diversos sentimentos aos seus contemporâneos. Tratando do momento da chegada ao Rio de Janeiro, Meirelles relata que “a cidade estava em festa e o espetáculo da chegada foi um momento único”, os recém-chegados portugueses, “D. Maria, dom João e Carlota Joaquina foram recepcionados pela elite política da cidade, composta, sobretudo, pelo Conde dos Arcos, os membros do Senado da Câmara, além de renomados eclesiásticos, civis e militares” (MEIRELLES, 2015, Pg. 09). Já para os dirigentes do vice-reinado espanhol, tal mudança poderia significar novos conflitos no seu território. Para concluir, vou ao encontro do que Emilio Sola Castaño escreve, quando trata das redes de informação do Mediterrâneo no século XVI. Castaño interpreta “*la frontera como generadora de conflictos e intercambios y, como consecuencia, de información sobre el otro lado de la frontera*” (CASTAÑO, 2015. Pg. 244). Para ele, “*la información daba poder*” e isso é muito

significativo para o caso que estudo até aqui. Ter informações sobre o movimento da chegada da Corte lusitana ao Brasil em 1808, é fundamental do ponto de vista estratégico para o vice-reino do Rio da Prata. Poder ter acesso a este tipo tão relevante de informe, das quais Luis Larrobla municia os dirigentes do vice-reinado do Rio da Prata, significa poder frente seus inimigos.

Com isso, se percebe que o informante consegue levar subsídios pontuais sobre acontecimentos muito recentes. Essas valiosas informações poderiam ser associadas com outras, provindas de periódicos por exemplo, que circulavam pelo território. Conforme Pimenta revela, “o periodismo regular surgiu na região do Prata no início do século XIX”, e levando em conta uma certa regularidade destas publicações, elas acabam por marcar uma “importante etapa na formação intelectual e cultural não apenas de homens de Buenos Aires, mas também de todo o Vice-Reino do Prata, caracterizando a emergente cultura política na América espanhola” (PIMENTA, 2002. Pg. 70-71). Em um território que tem seu histórico marcado por conflitos constantes e que passa naquele momento por diferentes transformações, se munir de informações variadas me parece importante para a sobrevivência dos mesmos. “Em ambas”, tanto a América portuguesa quanto a América espanhola, “é no mesmo período que se passará a discutir não mais o *como* administrar, mas novas alternativas estruturais de governo, ainda que muitas delas pautadas pela manutenção da velha ordem” (PIMENTA, 2002. Pg. 71).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou medir a repercussão imediata da transferência da Corte portuguesa ao Rio de Janeiro no de 1808, através dos informes de um espião espanhol, denominado Luis Larrobla, no território do vice-reino do Rio da Prata. O informante em questão, atuou recolhendo as informações que conseguia acessar no território de Rio Grande de São Pedro, em fevereiro de 1808. As já referidas informações foram levadas até o Cabildo de Montevideu e deste, foram repassadas ao Cabildo de Buenos Aires, caracterizando por sua vez, uma rede de comunicação entre estes. O período abordado pela pesquisa, foi marcado por intensas transformações nos âmbitos políticos, sociais e econômicos em toda a América portuguesa, como também, na América espanhola. Como uma evidência deste movimento de transformações, Pimenta aponta para a difusão dos periódicos neste período. “O periodismo [...], que se fazia presente na América espanhola desde 1772, terá grande impacto nas sociedades hispano e luso-americanas a partir dos primeiros anos do século XIX” (PIMENTA, 2002. Pg. 68).

Inicialmente oficiosos, os periódicos noticiaram movimentos comerciais, entrada e saída de embarcações dos portos, notícias locais e mundiais, tornando-se em seguida repositórios privilegiados de debates políticos. Sendo a imprensa periódica a ‘forma de comunicação escrita mais ampla, e por isso mais significativa como representação da sociedade’, é nela que, no fim do período colonial, mais profusamente encontramos expressões das alternativas e projetos políticos que se punham aos homens da época como possibilidades de solução de uma crise que, ainda que nem sempre tomada como tal, afetava a todos, constituindo-se em problema coletivo (PIMENTA, 2002. Pg. 68).

“O conteúdo político surge no periodismo ibero-americano nos primeiros anos do século XIX com discussões sobre melhores e piores maneiras de se manter a ordem estabelecida”, além disso, Pimenta comenta que “nunca se lera tanto, e nunca discussões políticas se tinham feito tão presente” (PIMENTA, 2002. Pg. 69). Apesar disso, é também verdade que a alfabetização da maioria das pessoas não era um fato observável, porém, “se pouquíssimos eram os que liam, a transmissão oral difundia esta cultura entre os demais”, ainda mais que, “na América espanhola, a anterioridade das universidades e, especialmente, da imprensa, não alteraram significativamente estes mecanismos de circulação de idéias” (PIMENTA, 2002. Pg. 66). Tendo isso em mente, existem “os casos em que periódicos de outros países referem-se reciprocamente, pois neste caso fica atestada uma circulação espacialmente muito

abrangente” (PIMENTA, 2002. Pg. 70). Assim sendo, fica evidente para o historiador, “um movimento mais amplo de mundialização da economia e das informações no qual o advento da imprensa vinha desempenhando papel fundamental determinante desde o século XVIII” (PIMENTA, 2002. Pg. 72). Confirmando essa “circulação espacialmente muito abrangente”, Pimenta dá o exemplo de um que “conhecia especial circulação: o *Correio Braziliense*”. Ele revela que, “o *Correio* circulava abundantemente no Brasil e na Europa, penetrando com força até mesmo na América hispânica” (PIMENTA, 2002. Pg. 73).

Os acontecimentos da América espanhola ocuparam especial atenção do *Correio* durante todo o período de sua publicação. Criticava mordazmente a administração metropolitana, cujos desvios e má conduta em especial com a América explicariam e até justificariam as convulsões que nesta se observam após 1810, previstas em suas páginas desde 1808 (PIMENTA, 2002. Pg. 74).

“Desse modo, nos primeiros dez anos do século XIX já se discutia aberta e claramente, tanto na América portuguesa quanto na espanhola, a questão do poder e suas formas de organização” (PIMENTA, 2002. Pg. 84). E certamente, pelo menos é o ponto que tentei trabalhar aqui, a vinda da Corte lusitana ao Brasil teve grande impacto neste cenário complexo de discussões e reorganizações. A mudança do centro decisório português para sua até então colônia, não dizia respeito única e exclusivamente ao império luso, muito antes pelo contrário, tinham impactos profundos nos vizinhos hispânicos. A notícia da viagem portuguesa já corria pelos periódicos presentes no vice-reinado espanhol. Assim sendo, o emprego de um espião espanhol para ficar a par dos preparativos que estavam sendo feitos em território português para a chegada da Corte, se mostrou como uma alternativa que os rio-platenses puderam usar, frente às suas expectativas, dúvidas e anseios, em momento de rápidas transformações nos mais diversos âmbitos da vida daqueles personagens.

6. REFERÊNCIAS

- Política lusitana en el Río de la Plata - Colección Lavradio. Buenos Aires, Archivo General de la Nación, 1961-1964 (t.I, 1808-1809).
- ANDRADE. F. G. **A trajetória política do general João Nunes da Silva (Joca Tavares): família, comunicação e fronteira.** 2017.
- CENTENO, P; MAZZONI, M. **La invasión inglesa y la participación popular em la Reconquista y Defensa de Buenos Aires 1806-1807.** Anuario del Instituto de Historia Argentina, nº11, 2011.
- COLVERO. R. B. **A fuga da família real portuguesa e as investidas sobre o território espanhol na América Meridional.** ANPUH. Fortaleza, 2009.
- COMISSOLI, A. **Ação portuguesa na vigilância de fronteira quando das invasões britânicas ao Rio da Prata (1806 e 1807).** Congresso Internacional de História da UFSM: Poder, Cultura e Fronteiras – CIHIS. Santa Maria, RS. 2016.
- COMISSOLI, A. **Bombeiros, espias, vaqueanos: agentes da comunicação política no sul da América espanhola (Rio Grande de São Pedro, séc. XVIII-XIX).** Revista de Índias, 2018, vol. LXXVIII. Pgs. 113-146.
- COMISSOLI, A. **Reflexões em torno de fronteiras e alteridades voltadas à investigação em história.** In. SCHMITT. Anderson M., WINTER. Murillo Dias. **Fronteiras na história: atores sociais e historicidade na construção do Brasil Meridional (séculos XVIII-XX).** Chapecó, Ed. UFFS, 2021.
- DARNTON. R. **Uma precoce sociedade da informação: as notícias e a mídia em Paris no século XVIII.** Varia História, Belo Horizonte, n. 25. Julho, 2001. Pgs. 9-51.
- DELUMEAU. J. **História do medo no ocidente 1300-1800: uma cidade sitiada.** São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- DIAS. Maria Odila da Silva. **A interiorização da Metrópole.** In: DIAS. Maria Odila da Silva. **A interiorização da Metrópole e outros estudos.** São Paulo: Alameda, 2005.
- MEIRELLES, J. G. **A família real no Brasil: política e cotidiano (1808-1821).** São Bernardo do Campo: Editora UFABC, 2015.
- PIMENTA, João Paulo G. **Estado e nação no fim dos impérios ibéricos no prata (1808-1828).** São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2002.
- SOLA. E. C. **Detrás de las apariencias. Información y secreto en el Mediterráneo clásico del siglo XVI,** In. **Detrás de las apariencias: información y espionaje (siglo XVI-XVII).** Alcalá de Henares: Universidad de Alcalá, 2015. Pgs. 243-272.
- PRADO, F. **A presença luso-brasileira no Rio da Prata e o período cisplatino.** In. NEUMANN, Eduardo S; GRIJÓ, Luiz Alberto. **Continente em armas: uma história da guerra no sul do Brasil.** Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.
- HOBBSAWM. Eric J. **A era das revoluções (1789-1848).** 36º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

